

V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E
GÊNEROS – GEPEM

19 a 21 de novembro de 2019
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Área Temática 1: Gênero, identidade e cultura

**RACISMO INSTITUCIONAL CONTRA MULHERES NEGRAS
NA ASSEMBLEIA DE DEUS: NOTAS SOBRE ASPECTOS
GERAIS**

Alef Monteiro

Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Antropologia -
Universidade Federal do Pará

Marilu Marcia Campelo

Universidade Federal do Pará

RACISMO INSTITUCIONAL CONTRA MULHERES NEGRAS NA ASSEMBLEIA DE DEUS: NOTAS SOBRE ASPECTOS GERAIS¹

Alef Monteiro
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia
Universidade Federal do Pará

Marilu Marcia Campelo
Universidade Federal do Pará

Resumo:

A comunicação sintetiza parte dos resultados de uma pesquisa sobre a relação entre racismo e pentecostalismo, realizada entre os meses de outubro de 2016 a março de 2017. Os dados aqui analisados dão conta do racismo institucional contra mulheres negras na Assembleia de Deus, e o objetivo é elucidar aspectos gerais da incidência do racismo institucional assembleiano na vida das mulheres negras que integram a comunidade religiosa *lócus* do estudo. A investigação consistiu em um estudo de caso em uma congregação no município de Castanhal, Região Metropolitana de Belém, e a metodologia empregada foi a observação participante, realização de entrevistas e pesquisa documental. Os resultados apontam que a lógica de organização da Assembleia de Deus é racista e os “usos e costumes” (estratégias de branqueamento que se encaixam no que Fanon chamou de “máscaras brancas”) se configuram em ferramenta central de regulação do acesso desigual aos cargos de liderança. As mulheres negras são afetadas de várias formas por essa regulação racista.

Palavras-chave: Racismo institucional. Pentecostalismo. Gênero e Raça. Mulheres negras. Assembleia de Deus.

Abstract:

The communication summarizes part of the results of a search on the relationship between racism and Pentecostalism, realized from October 2016 to March 2017. The data analyzed here illustrate the institutional racism against black women in the Assembly of God, and the purpose it is to elucidate general aspects of the incidence of institutional assembly racism in the lives of black women who are part of the *locus* religious community of the study. The investigation consisted of a case study in a congregation in the municipality of Castanhal, Belém Metropolitan Region, and the methodology employed was participant observation, interviews and documentary research. The results point out that the organizational logic of the Assembly of God is racist and the “customs and practices” (bleaching strategies that fit what Fanon called “white masks”) are a central tool for regulating unequal access to positions. Leadership Black women are affected in many ways by this racist regulation.

Keywords: Institutional racism. Pentecostalism. Gender and Race. Black women. Assembly of God.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

1 INTRODUÇÃO

Em um dos mais recentes e relevantes trabalhos sobre relações étnico-raciais no pentecostalismo evangélico brasileiro, Marco Davi de Oliveira (2015) desfaz uma suposição muito comum do imaginário popular do país: a ideia de que as religiões de matriz africana (Candomblé, Umbanda, Tambor de Mina, Catimbó, etc.) são as religiões com o maior número de negros, seja em termos percentuais ou absolutos. Segundo os dados levantados pelo autor, as igrejas pentecostais são, e não é de hoje, a principal opção religiosa da população negra do país a partir do segundo quartel do século XX, e esse é um cenário que não tende a mudar nos próximos anos, a pesar da expansão do pentecostalismo para as classes sociais mais altas e, portanto, mais brancas.

Não obstante o grande quantitativo de negros nas fileiras do pentecostalismo, falar de assuntos como racismo, políticas de ação afirmativa, culturas negras, territórios de negritude² e outros temas caros aos movimentos sociais negros e estudiosos das populações afro-brasileiras por resumirem situações-problemas dessas populações é algo raro, quase inexistente, nas igrejas pentecostais (OLIVEIRA, 2015). Eu mesmo, em minha pesquisa de mestrado que investiga a conversão ao pentecostalismo em comunidades quilombolas do Nordeste do Pará, tenho verificado, na prática, essa realidade do distanciamento das igrejas pentecostais das situações-problemas das comunidades quilombolas.

Embora os quilombos do Pará (na verdade, do Brasil) passem por inúmeras adversidades como conflitos territoriais com grileiros, fazendeiros, e toda sorte de empresas do capital agrário, energético e mineral; além de falta de saneamento básico, falta de atendimento adequado à saúde e educação escolar, e muitos outros problemas semelhantes, as igrejas pentecostais, que têm crescido consideravelmente nos quilombos, ainda permanecem institucionalmente afastadas das situações-problemas dessas comunidades negras; situações que se ligam intimamente à identidade quilombola que depende da territorialidade, sem a qual os quilombos não podem existir.

A ausência da reflexão – e eu diria autorreflexão – dos pentecostais sobre a situação da população negra também foi verificada por mim em pesquisa anterior, orientada pela Prof.^a Dr.^a Marilu Marcia Campelo, que assina esta comunicação como coautora. Comprovei a

² Negritude é um conceito polissêmico. Cada segmento da população negra tende a dar ênfase a aspectos diferentes e a adotar posturas políticas distintas a partir de suas próprias realidades, o que se configura em um modo próprio de negritude, todavia, podemos dizer que negritude é um ideal de ser negro que envolve aspectos culturais, históricos, fenotípicos, políticos e identitários centrados na valorização dos valores civilizatórios das culturas africanas (MUNANGA, 1988).

ausência da reflexão dos pentecostais sobre a situação da população negra na ocasião do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, na UFPA. Naquele momento, realizei um estudo de caso em uma congregação da Assembleia de Deus na periferia urbana do município de Castanhal, Região Metropolitana de Belém, entre os meses de outubro de 2016 a março de 2017, com o intuito de verificar em que medida e de que maneiras o pentecostalismo, no caso estudado, contribuía ou não com o racismo (MONTEIRO, 2017).

Os dados gerados em minha pesquisa de campo mostram que a discriminação racial entre os pentecostais é igual àquela da sociedade brasileira: no discurso o racismo é reprimido, mas na prática ele é naturalizado e por isso não é percebido. Nas entrevistas, as respostas dadas a mim foram contraditórias. Ninguém entre os meus interlocutores se declarou racista, mas todos confessaram ter presenciado práticas de racismo no dia a dia. A maioria disse nunca ter presenciado racismo na igreja, mas depois que eu dei exemplo do que é uma discriminação racial me disseram ter sim presenciado fatos parecidos na congregação. Todos os negros a quem entrevistei me disseram não terem sido vítimas de discriminação racial na igreja, mas me relataram diversos sofrimentos que passam por destoar dos padrões estéticos da religião e reconheceram que seriam ou foram excluídos de cargos específicos se não seguissem, ou porque não seguiram meticulosamente os "usos e costumes". Não é que o racismo não exista, eles apenas não percebem que tudo o que passam é racismo³. A cognoscibilidade dos pentecostais é que está condicionada a não perceber as práticas racistas, é o que Maldonado-Torrez (2007) e Lander (2005) chamam de colonialidade do ser e do saber.

Em minha pesquisa observei várias dimensões do racismo e os modos como ele afeta homens e mulheres de acordo com sua aproximação ou distanciamento do ideal de ego pentecostal, a saber, o Arquétipo do Deus Branco (MONTEIRO, 2017). Entorno desse arquétipo, os pentecostais qualificam cada membro da igreja e assim organizam a comunidade e distribuem todos os cargos que, por sua vez, são hierarquicamente organizados. Essa organização resulta em uma estrutura institucional em que os negros, por estarem mais distantes do ideal de ego organizador, são preteridos, configurando um racismo institucional.

³ Por racismo compreendo o conjunto de ideais coletivos e individualizados, bem como as ações deles resultantes baseados na crença da existência de raças. E, no sentido sociológico em que uso o termo, "raças são discursos sobre a origem de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc. pelo sangue" (GUIMARÃES, 2008, p. 66).

Nesta comunicação, trabalho apenas com os dados concernentes às maneiras pelas quais as mulheres negras assembleianas são atingidas pelo racismo institucional da igreja. O objetivo é elucidar os aspectos gerais que as afetam, considerando o princípio organizador do racismo institucional assembleiano: o Deus Branco. A metodologia empregada na geração do material que aqui discuto foi a observação participante, realização de entrevistas, e pesquisa documental. Minhas análises não possuem caráter exaustivo, na verdade, são apenas notas acerca dos dados gerados naquele momento e que pretendo aprofundar com um novo retorno a campo.

2 A NATURALIZAÇÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RACISMO NA ASSEMBLEIA DE DEUS

Antes de falar especificamente sobre o racismo institucional contra as mulheres negras, considero importante fazer uma breve exposição da naturalização e institucionalização do racismo na Assembleia de Deus. Sobre isso, é importante que se saiba que o racismo como item estrutural da plausibilidade de mundo construída pela religião pentecostal no Brasil não se dá por meio de explícitas teodiceias⁴ oficiais, como aconteceu em vários momentos na história do Cristianismo, e isso já foi percebido por Burdick (2001) no final da década de 1990. Na pesquisa realizada pelo autor, os pentecostais desconheciam qualquer interpretação bíblica para legitimar o racismo. Quando citou a leitura dos batistas supremacistas brancos do Sul dos Estados Unidos – a marca do pecado colocada por Deus em Caim e seus descendentes foi a cor negra – os pentecostais brasileiros não só desconheciam essa interpretação como também a consideraram incorreta ou superficial, e o mesmo verifiquei em campo nos anos de 2016 e 2017, em Castanhal.

Mas, apesar do pentecostalismo assembleiano brasileiro não ter um discurso explicitamente racista não significa que sua teodiceia não o seja. Na realidade, por contingência histórica, o racismo foi naturalizado no pentecostalismo. A racialização da cosmovisão pentecostal no Brasil ocorre a partir da soma de dois fatores: em primeiro lugar, a colonialidade pentecostal trazida dos Estados Unidos ao Brasil e, em segundo lugar, o peculiar “racismo à brasileira” que se desenvolveu no país.

⁴ De acordo com Berger (1985), teodiceias são explicações de fenômenos anômicos em termos de legitimação religiosa que seja de qualquer grau de sofisticação teológica. “Uma das funções sociais muito importantes da teodiceia é, com efeito, a sua explicação das desigualdades de poder e privilégio que prevalecem socialmente” (Idem, p. 71).

Sobre o primeiro fator, o pentecostalismo, em sua origem, possui estreita relação com o racismo segregacionista estadunidense. Charles F. Parham, conhecido como o “pai” do reavivamento pentecostal do século XX por ter criado a teoria do “batismo com o Espírito Santo”, era um dos apoiadores da Ku Klux Klan (CAMPOS, 2005). Toda a primeira geração de grandes líderes pentecostais foi por ele formada, inclusive William Joseph Seymour, pastor da igreja onde Daniel Bergue e Gunnar Vingren, fundadores da Assembleia de Deus no Brasil, se pentecostalizaram. Por ser segregacionista, Parham proibiu Seymour (que era negro) de assistir as aulas de teologia dentro da sala de aula com os demais alunos brancos, assim, Seymour recebeu sua formação teológica assistindo as aulas através da porta, em uma cadeira que era colocada no corredor (CAMPOS, *ibidem*).

Diferente de Parham, quando abriu sua famosa igreja na Rua Azusa, em Los Angeles, Seymour acolheu pessoas de todas as “raças” “sem distinção”, porém, mesmo abandonando o segregacionismo, ele não se livrou de uma das principais marcas da teodicéia pentecostal, em seu tempo, recentemente inventada pelos segregacionistas brancos: o eurocentrismo e a branquitude⁵ que negam a estética e demais símbolos culturais africanos. Observo, porém, que esse movimento de ruptura total com a teodiceia racista do pentecostalismo não seria instantaneamente possível a Seymour que foi educado em meio à colonialidade que apregoa que ser Humano⁶ é ser branco.

A colonialidade forja nos indivíduos um seu ser, um modo de conhecer e de saber tão imbricados à personalidade que mesmo depois de consciente da existência do racismo, não é fácil para um indivíduo se reconstruir em oposição àquele modo de ser e de saber nele introjetado desde a infância, então, para alguém que não é consciente do colonialismo e da colonialidade – como era o caso de Seymour, isso é impossível. Seymour morreu sem ter consciência do sistema-mundo colonialista, para ele, os padrões culturais em que fora educado eram naturais e é isso que pensava o senso comum do protestantismo que, seguindo o *modus operandi* do pensamento religioso⁷, reificou a cultura europeia transplantada para as terras outrora coloniais.

A conversão na igreja da Rua Azusa implicava a assimilação de padrões culturais eurocêntricos e mesmo aqueles reconhecidos como nitidamente afro-americanos (a música, por exemplo) só tinham espaço no meio pentecostal porque eram folclorizados, isto é, eram

⁵ Segundo Sovik (2004), branquitude é a identidade racial construída a partir de ideias de branqueamento que mantém os privilégios ou direitos adquiridos. No sistema racial, são traços culturais típicos dos brancos e por isso ligados à sua identidade.

⁶ E no entendimento pentecostal, alguém que é a imagem e semelhança de Deus.

⁷ Mito-lógica, conforme Lévi-Strauss (2012).

despidos de sua historicidade não possuindo, assim, qualquer alusão valorativa à África ou a uma identidade negra contrastante à branquitude estadunidense. Ser pentecostal nos Estados Unidos no final do século XIX e início do XX era possuir uma moral burguesa vitoriana, vestir-se com roupas sociais e negar qualquer traço de negritude.

Foi esse modo de ser pentecostal que foi trazido ao Brasil pelos missionários Daniel Bergue e Gunnar Vingren, mas aqui ganhou outro contorno: o “racismo à brasileira”. A Assembleia de Deus brasileira nunca proibiu alguém não-branco (afro-brasileiro ou indígena) de fazer parte da instituição, mas, sempre manteve, em termos institucionais, sua cosmovisão e padrão de cultura eurocêntricos. Esta característica não apenas da Assembleia de Deus, mas do pentecostalismo, fez com que ela, assim como outras igrejas pentecostais na história recente, fosse responsável por massivos etnocídios entre comunidades tradicionais no país (CALDAS e BRITO, 2013; NASCIMENTO e ABIB, 2016).

Como um “fato dado”, a branquitude entre os pentecostais se reafirmava sem menção à cor ou raça. Ela é naturalizada, invisível, na maioria das vezes não lança mão dessas categorias, pois já está embutida na vestimenta, no tratar do corpo e na cosmovisão como um todo e no próprio funcionamento da instituição. Na mentalidade dos pentecostais, como mostro, em minha monografia (MONTEIRO, 2017), Deus é homem, idosos e branco. É essa imagem que os pentecostais negros e brancos têm como Ideal de Ego a ser seguido e que serve de parâmetro para selecionar quem deve ou não ocupar os cargos de liderança na comunidade.

Assim organizada entorno de um princípio racializado e racializante, a discriminação racial⁸ na Assembleia de Deus ultrapassa a dimensão individual, mistura-se com a própria estrutura da instituição e se configura como racismo institucional. Como observa Valter Silvério (2002), o racismo institucional acontece quando a estrutura de uma instituição é organizada de tal modo a discriminar e excluir os sujeitos que pertencem a uma determinada raça, especificamente as não-brancas. No Brasil, diz o autor, até muito recente era comum aparecer nos anúncios de empregos a exigência de “boa aparência”, na prática, essa exigência excluía os negros de várias possibilidades de emprego independentemente de sua competência profissional ou grau de escolarização, pois o que se exigia era a posse de um fator racial: a “boa aparência”, que era a branquitude expressada, se não pela cor, pelo menos

⁸ Falo em discriminação racial no mesmo sentido apresentado no Estatuto da Igualdade racial: “toda distinção, exclusão ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada” (BRASIL, 2015, p. 13).

pela adoção de tratos com o corpo e com indumentária que refletissem um padrão “europeu ocidental”.

Na Assembleia de Deus a lógica é a mesma, não importa a competência ou o grau de escolarização, quanto tempo se é convertido, ou o quanto se conhece da doutrina religiosa (o quanto se “saiba de Bíblia”), para ter acesso aos cargos de liderança, o crente deve ter “boa aparência”, deve buscar ser alguém que expresse “o bom cheiro de Cristo”, que ande como um “cidadão do céu”, como “príncipe ou princesa do Senhor”; o crente salvo é alguém que na sua vestimenta, corte de cabelo, e modo se portar é “perfeito como o Pai Celeste é perfeito”.

Ora, e como o Pai Celeste é perfeito? A resposta que obtive foi: Deus é branco e adotar a branquitude é ser igual a Deus. Logo, ainda que o crente seja negro (ou pelo menos não-branco), para ter acesso aos cargos de liderança ele deve usar o que Fanon (2008) chamou de “máscaras brancas”, isto é, os objetos de branquitude que mascaram a negritude estampada nos corpos. Essas máscaras são, no pentecostalismo clássico, os “usos e costumes” – meticulosas regras de ornamento e indumentárias ensinadas e exigidas pela igreja.

3 ASPECTOS GERAIS DO RACISMO INSTITUCIONAL CONTRA AS MULHERES NEGRAS NA ASSEMBLEIA DE DEUS

Membro da Convenção de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Estado do Pará (COMIEADEPA), um dos três principais grupos das Assembleias de Deus no estado e que é reconhecido pela tentativa de perseverança na guarda da clássica identidade assembleiana, a Assembleia de Deus castanhalense tem os usos e costumes previstos no seu estatuto. Para as mulheres, no documento está previsto a obrigatoriedade do uso de saias, cabelo comprido, o não uso de pinturas de unha, alisamento ou pintura capilar; é proibido o uso de maquiagem, batom, brincos e calça comprida; as mulheres devem se vestir “decentemente”, estabelece o texto, mesmo que na prática cotidiana essas regras sejam, em parte, burladas. Não é raro o uso de maquiagem e pintura de unhas, alisamentos e pinturas capilares, mas, desde que não seja “extravagante” a ponto de provocar “escândalo”, dizem as mulheres à boca pequena.

Com efeito, quer se siga ou não à risca o estatuto da igreja, uma regra implícita é evidente ao olhar atento: o padrão estético é marcado pela branquitude. Há um padrão para as mulheres assembleianas que nada mais é que a adaptação feminina da imagem do Deus Branco. As mulheres, caso queiram corresponder à imagem feminina de Deus, devem parecer

em indumentária e fenotipicamente com mulheres do Oeste europeu. É claro que, para as mulheres negras, assumir completamente essa aparência é impossível, porém, delas é exigido a máscara branca das roupas e, também, já que a pele não pode ser encoberta, pelo menos o mascaramento do cabelo crespo. A não adoção dessas máscaras resulta no não acesso aos cargos de liderança. Assim, o racismo institucional contra mulheres negras na Assembleia de Deus que opera através dos “usos e costume” as afeta de duas formas: fenotipicamente (o corpo negro é o alvo), com foco no cabelo e na cor da pele; e no uso de indumentárias e adereços, com tendência de rejeição a tudo que reme à África (a cultura é o segundo alvo).

No pentecostalismo assembleiano clássico, as mulheres devem usar o cabelo cumprido porque o cabelo foi dado por Deus às mulheres em lugar do véu⁹. Usar a cabeça coberta é sinal de respeito ao poderio divino – a mulher que usa véu está debaixo de uma autoridade, nesse caso, a autoridade de Deus. Mas, se perguntarmos que tipo de cabelo é esse que fica como um véu que encobre a cabeça e desce sobre os ombros e costas certamente esse não é o cabelo de parte considerável das mulheres negras, e aqui aparece uma das mais elementares desigualdades entre as mulheres brancas e negras no pentecostalismo: grande parte das mulheres negras não se encaixam nesse padrão que é tido como aquele que agrada a Deus (a mulher que tem o cabelo em forma de véu), logo, uma mulher negra de cabelo crespo nunca será uma “mulher de Deus” completa, fato que lhes causa grande sofrimento emocional (MONTEIRO, 2019). Essa desigualdade não tem como causa os indivíduos em si, mas sim o próprio discurso institucional. Essa desigualdade é institucionalmente gerada e reforçada.

Em geral, uma mulher branca que deixe seu cabelo natural cumprido tenderá a tê-lo em formato de véu. Ela será reconhecida por todos como genuína “serva de Deus”, porém, a mulher negra que deixe seu cabelo crespo natural crescer, não terá o mesmo resultado. Seu cabelo, ao contrário da mulher branca, não desce, ele sobe. Mas, se deixar subir e usá-lo em estilo Black Power, por exemplo, enfrentará rejeição. Mariane, ex-regente do grupo de jovens, passou por essa situação:

Eu comecei a ter problemas na igreja, por causa da minha aparência, ainda na época em que eu era regente. Eu sempre mantive meu cabelo bem baixinho e quando tinha festa na igreja, que a gente [as mulheres] fazia penteados, eu geralmente fazia chapinha. Mas aí eu comecei a me incomodar com isso. Eu queria ter meu cabelo grande, vi várias fotos de mulheres com cabelos grandes que usam lenços e outras coisas no cabelo, e aí decidi que ia deixar ele crescer e sempre mantive ele bem hidratado. Mas quando meu cabelo tava bem grande, o nosso líder me chamou pra conversar sobre meu

⁹ O texto de Romanos 11.15 é usado para embasar essa ordenança.

cabelo [...] não aceitei cortar, daí ele não me tirou da regência, mas disse que enquanto eu mantivesse minha rebeldia eu não iria mais reger [...] ai até que eu não aguentei mais ficar no banco entreguei o cargo [...] vou ainda pra igreja, mas isso me entristeceu muito sim.

Por usar seu cabelo natural e grande (em estilo Black Power), Mariane foi compulsoriamente suspensa do cargo de regente, até que no impasse entre ter que escolher seu cabelo natural e a regência, fez a opção por seu cabelo e entregou o cargo de regente do grupo de jovens. Perguntei se ela não pensou em procurar o dirigente da congregação, mas Mariane disse que não acreditou que isso adiantaria. Muitos irmão (inclusive seus familiares) apoiaram a atitude do líder. Ao falar sobre a importância simbólica do cabelo das mulheres negras e como ele é um dos principais alvos do racismo, Nilma Lino Gomes (2017) nos ajuda a entender a fixação para com o cabelo das mulheres: ao contrário da roupa, o cabelo é o próprio corpo, mudá-lo é tornar o corpo negro mais branco.

De semelhante modo à adoção do cabelo crespo natural sem o cuidados de mantê-lo baixo com o uso de grampos ou mesmo por meio de corte, a mulher negra que queira usar tranças jamais será escolhida para assumir a liderança do círculo de oração. Ao entrevistar Joselina, mulher negra de cabelo crespo, que já liderou várias vezes círculos de oração em diversas congregações, pois seu marido foi dirigente durante anos, ela me revelou:

Sim, eu já desejei botar aquelas cordinhas [tranças], só não tive coragem por causa das críticas. O ambiente onde a gente vive existe essa discriminação, aí a gente sempre tem medo de ser mal vista, aí a gente deixa assim. Também tem o Mário [marido de Joselina, é diácono da igreja]... Não só eu, mas ele também ficaria mal falado... É melhor evitar. [...] jamais eu seria líder das irmãs [se referindo ao círculo de oração feminino] se eu botasse as cordinhas no cabelo.

A fala de Joselina contém dois dados interessantes: é uma dupla prova que reforça a constatação do racismo institucional assembleiano contra mulheres negras, uma vez que o racismo institucionalizado condiciona seu acesso ao cargo de liderança do círculo de oração à rejeição de um símbolo da resistência negra (o cabelo trançado) que já foi objeto de desejo de Joselina, e, também, revela a desigualdade instituída entre mulheres negras e brancas, quanto ao acesso de seus maridos a cargos de liderança.

Ocorre que no pentecostalismo as mulheres podem prejudicar moralmente seus maridos caso não sigam os usos e costumes ou as doutrinas da igreja. Moralmente reprovados, eles ficam impedidos de acessar cargos de liderança. Isto porque é cobrados dos homens casados que desejam cargos de liderança o “bom governo de suas casas”¹⁰, que implica em ter suas mulheres e filhos publicamente de acordo com o que a igreja pede. Assim,

¹⁰ 1 Timóteo 3.4-5 é o texto que dá sentido a essa ação social dos pentecostais.

a mulher que são segue as regras da igreja prejudica o seu marido – por isso a preocupação de Joselina com Mário, mas, o contrário não ocorre com os homens. Maridos ímpios não trazem prejuízos morais às mulheres. Frente essa regra, as mulheres negras estão institucionalmente em desvantagem: além de ter que cumprir tudo o que é exigido das mulheres brancas, as mulheres negras devem rejeitar sua negritude ou prejudicarão não apenas a si, mas também os seus maridos.

O racismo relacionado à cor também é muito presente. Uma das regentes do círculo de oração, a irmã Eliana (que é uma mulher preta de pele bastante acentuada), sem entrar em detalhes, em alguns de seus testemunhos falou que diversas vezes foi humilhada e preterida para o trabalho de liderança das irmãs do círculo de oração por causa da sua cor. O interessante é que todos a quem eu perguntei sobre a irmã Eliana faziam a pergunta “A irmã Eliana, a negona? / a irmã Eliana Negona?” quando eu apenas dizia “a irmã Eliana, regente do círculo de oração”. Certamente a irmã Eliana sabe que assim é conhecida, como “irmã Eliana Negona / irmã Eliana, a negona”, mas infelizmente quando soube o motivo do meu interesse em conversar com ela, quando expliquei a minha pesquisa, ela se recusou me conceder uma entrevista.

Para além do corpo negro feminino, o racismo institucional assembleiano ainda oprime as mulheres negras por causa do uso de indumentárias e adereços que fogem do padrão da branquitude estabelecida. Genice me contou que a líder dos jovens tinha pedido a todos que fossem ao culto bem arrumados como príncipes e princesas que ali todos eram, pois tinham por pai o “*Rei dos reis e Senhor dos senhores*”, o “*Rei da Glória*” e, portanto, deveriam se vestir como tal: “*príncipes e princesas do Senhor*”. Mas, sendo universitária e tendo adquirido consciência do racismo através de seu curso, Genice arrumou-se de modo bastante questionador: pôs uma saia longa de cor forte e estampas em estilo africano, completou o conjunto com uma blusa, também de cor forte e quente, contrastando com a saia. E não apenas isso, Genice pôs um turbante em sua cabeça ladeado por argolas penduradas em suas orelhas e foi ao culto.

Mal pôs o pé na nave do templo e a líder, ante que Genice chegasse ao assento destinado aos jovens veio ao encontro da jovem e a interrogou acerca dos motivos pelos quais ela havia ido à igreja assim vestida. Genice contou-me que então respondeu à sua líder: “*não foi a senhora que disse para virmos pro culto vestidos como príncipes e princesas? Então... Eu vim vestida de princesa africana!*”. Ao me contar o episódio, Genice me fez a seguinte observação: “*ela não disse [a líder], mas sei que ficou espantada, como muita gente que tava no culto, por causa do racismo. Pensam que só tem princesas igual àquelas dos contos de*

fadas da Disney ou como os da Inglaterra [referindo-se aos dias atuais] e acham que ser príncipe e princesa do Senhor é ser igual os europeus”.

Genice é o exemplo de um tipo cada vez mais comum no pentecostalismo: as mulheres negras que, concientes do racismo e empoderadas, questionam as normas da tradição que foram construídas a partir de um passado repletos de racismo e sobre o qual a maioria dos pentecostais desconhece. Genice, enfrentou a Líder, sentou no assento do grupo de jovens, mas depois teve uma discussão com a líder quando foi seriamente repreendida. Vestir-se como uma rainha africana é uma atitude intolerável ao racismo institucionalizado na Assembleia de Deus.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Volto a salientar o caráter desta comunicação, como o título mesmo sugere, ela não é um trabalho final, tampouco exaustivo. Trata-se apenas de algumas notas sobre o racismo institucional que afeta as mulheres negras na Assembleia de Deus. Porém, a despeito do presente material ser constituído somente por notas, acredito que nele é possível vislumbrar o princípio geral do racismo institucional assembleiano que não está assentado em uma teodiceia oficial, mas sim em uma teodiceia residual: o arquétipo do Deus Branco que, em sua adaptação feminina, exclui as mulheres negras, nega seus corpos, nega a possibilidade da adoção de símbolos da cultura negra, enfim, nega a negritude submetendo-as ao uso de “máscaras brancas” para serem aceitas causando-lhes, com isso, sofrimento emocional. O impasse é nítido: ou a mulher negra usa as máscaras brancas, ou será excluída do acesso aos cargos de liderança, em prejuízo não apenas de si, mas também de seus maridos.

Na década de 1960, Roger Bastide chegou a afirmar que era inevitável a adesão do negro ao protestantismo sem a asfixia de sua identidade e herança cultural (BASTIDE, 1971). Ao findar minha comunicação, não quero que se tenha a impressão de que reforço a tese de Bastide que há muito foi abandonada pelos estudiosos do pentecostalismo. Minhas notas se centram apenas no racismo institucional de uma vertente assembleiana (que apesar das variações é uma das maiores do país) e não abordo as ações de resistência das mulheres negras que não são nenhum pouco passivas nesse processo, como deu para perceber no exemplo de Genice.

Há também parcela do seguimento evangélico pentecostal que luta para por fim à omissão e passividade da população evangélica diante do racismo. Um dos mais expressivos é o Movimento Negro Evangélico (MNE) que, em termos de impacto no campo religioso

evangélico, ainda é pequeno, mas aponta para mudanças nessa parcela religiosa da população brasileira (SILVA, 2011).

Como cheguei a dizer em um de meus trabalhos (MONTEIRO, 2017), o racismo é uma realidade no pentecostalismo, isso porém, não significa que ele seja o destino dessa religião. O pentecostalismo é racista por contingência histórica – ele foi construído em meio à colonialidade racista – mas, além de ações como o MNE, recentes transformações na sociedade brasileira têm causado modificações no imaginário social pentecostal e na forma como os negros se enxergam e vivem sua fé no interior deste movimento religioso. Por exemplo, conscientes do racismo por causa da educação formal, os negros pentecostais têm ressignificado suas cosmovisões e forjado uma identidade negra pentecostal com uma negritude própria. As mulheres negras despontam nesse processo, e questionam o lugar que lhes impuseram e as estruturas institucionais racializada, mas isso é assunto para outro momento.

REFERÊNCIAS

- BASTIDE, R. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia de interpretação de civilizações. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; EDUSP, 1971.
- BERGER, P. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.
- BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**: Lei n. 12.228, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. 4. ed. Brasília: Edições Câmara, 2015.
- BURDICK, J. Pentecostalismo e identidade negra no Brasil: mistura impossível? In: MAGGIE, Y; REZENDE, C. B. (Orgs.). **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CALDAS, F. R.; BRITO, A. J. G. Deus é amor: aculturação religiosa e etnocídio entre os Guarani Kaiowá na aldeia Bororó de Dourados, MS. **Espaço Jurídico**: Journal of Law, Chapecó, v. 14, n. 1, jan./jun. 2013, p. 215-232.
- CAMPOS, L. S. As origens americanas do pentecostalismo brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, pp. 100-115, set.-nov./2005.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOMES, N. L. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- GUIMARÃES, A. S. A. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, O. A.; SANSONI, L. **Raça**: novas perspectivas antropológicas. 2. ed. Salvador: ABA/ EDUFBA, 2008, p. 63-82.
- LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, C. A estrutura dos mitos. In: _____. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 293-332.
- MALDONADO-TORREZ, N. Sobre la colonialidad Del ser: contribuciones AL desarrollo de um concepto. In: GROSFUGUEL, R.; CASTRO-GOMEZ, S. (Org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más Allá Del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad central; Instituto de estudios sociales contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- MONTEIRO, A. **Deus é branco?**: pentecostalismo, racismo e negritude – um estudo de caso em uma congregação da Assembleia de Deus no município de Castanhal. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Belém: FACS/IFCH/UFGA, 2017.
- _____. Servas do Deus Branco: Ideal de Ego, estigma e sofrimento emocional de mulheres negras no pentecostalismo. ANAIS eletrônicos do II COPENE NORTE: Pensar o povo negro na conjuntura perversa e de(i)solamento da Região Norte. Palmas: ABPN; UFT, 2019. Disponível em: < https://www.copenenorte2019.abpn.org.br/resources/anais/12/copenenorte2019/1569286958_ARQUIVO_80281af8ec4ec690051798798890c7c8.pdf>. Acesso em 10 nov. 2019.
- MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, S. A.; ABIB, P. O efeito da cruzada neoevangélica sobre remanescentes de quilombo: questões sobre educação e identidade quilombola. **Horizontes**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, jan./jul. 2016, p. 33-44.

OLIVEIRA, M. D. **A religião mais negra do Brasil**: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?. 2. ed. Minas Gerais: Ultimato, 2015.

SILVA, H. F. **O Movimento Negro Evangélico**: um mover do Espírito Santo. São Paulo: Selo Editorial Negritude Cristã, 2011.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Caderno de Campo**, São Paulo, n. 117, nov. 2002, p. 219-246.

SOVIK, L. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e media no Brasil. In: VRON, W. (org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 363-386.